

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

OS DIFERENCIAIS DAS TAXAS DE DESEMPREGO ENTRE PAÍSES E AS RAZÕES
METODOLÓGICAS A ELES ASSOCIADAS

Pedro Kislanov da Costa

Nº de matrícula: 0512089

Orientador: José Márcio Camargo

Tutor: Márcio Garcia

Junho de 2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

OS DIFERENCIAIS DAS TAXAS DE DESEMPREGO ENTRE PAÍSES E AS RAZÕES
METODOLÓGICAS A ELES ASSOCIADAS

"Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri, para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor".

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2009.

PEDRO KISLANOV DA COSTA

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador José Marcio Camargo, pela atenção e disponibilidade.

À minha mãe, meu pai e à minha família.

Aos amigos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CÁLCULO E CONCEITOS.....	9
3. QUESTÃO ETÁRIA.....	11
3.1. O CASO BRASILEIRO.....	11
3.2. COMPARAÇÃO COM OUTROS GRUPOS DE PAÍSES.....	15
4. EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA SOBRE A TAXA DE DESEMPREGO.....	23
5. OUTRAS DIFERENÇAS CONSIDERADAS.....	26
6. CONCLUSÃO.....	29
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31
ANEXO I : TAXAS DE DESEMPREGO NO MUNDO.....	31
ANEXO II : VARIAÇÕES NA TAXA DE DESEMPREGO NOS GRUPOS DE PAÍSES PESQUISADOS.....	32

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Faixas etárias consideradas no cálculo da taxa de desemprego.....	10
Tabela 2A: Brasil: Participação da população de 10 a 14 anos ocupada no total.....	11
Tabela 2B: Brasil: Taxa de desemprego considerando o total da população.....	12
Tabela 2C: Brasil: Taxa de desemprego excluindo a faixa etária de 10 a 14 anos.....	12
Tabela 2D: Brasil: Taxa de desemprego na faixa etária de 10 a 14 anos.....	13
Tabela 2E: Brasil: Taxa de desemprego na faixa etária de 75 anos ou mais.....	14
Tabela 2F: Brasil: Taxa de desemprego excluindo a faixa etária de 75 ou mais.....	14
Tabela 3A: Argentina: Taxa de desemprego na faixa etária de 0 a 14 anos.....	16
Tabela 3B: Argentina: Peso relativo da PEA de 0 a 14 anos no total.....	16
Tabela 3C: Argentina: Taxa de desemprego considerando o total da população.....	17
Tabela 3D: Argentina: Taxa de desemprego excluindo a faixa etária de 0 a 14 anos.....	17
Tabela 4A: Bolívia: Taxa de desemprego considerando somente áreas urbanas.....	18
Tabela 4B: Bolívia: Taxa de desemprego considerando áreas urbanas e rurais.....	18
Tabela 4C: Bolívia: Taxa de desemprego considerando somente áreas rurais.....	19
Tabela 5A: México: Taxa de desemprego considerando o total da população.....	20
Tabela 5B: México: Taxa de desemprego excluindo a população de 12 a 14 anos (até 2004) e de 14 anos (de 2005 em diante) do total da população.....	20
Tabela 6A: Paquistão: Taxa de desemprego considerando o total da população.....	21
Tabela 6B: Paquistão: Taxa de desemprego excluindo a faixa etária de 10 a 14 anos.....	21

Tabela 7A: Irã: Taxa de desemprego na faixa etária de 10 a 14 anos.....	22
Tabela 7B: Irã: Taxa de desemprego considerando o total da população.....	22
Tabela 7C: Irã: Taxa de desemprego excluindo a faixa etária de 10 a 14 anos.....	22

1. INTRODUÇÃO

O estudo do mercado de trabalho e de seus componentes é de suma importância para a economia como um todo. As mais importantes variáveis econômicas estão, sem dúvida, direta ou indiretamente ligadas a ele. Os salários dos trabalhadores, por exemplo, são determinantes fundamentais dos índices de produtividade, pois a demanda interna certamente tem grande impacto sobre o nível de atividade da economia. Aumentos ou diminuições substanciais nos salários podem também provocar uma aceleração ou desaceleração da inflação, fator esse que impacta diretamente as decisões do Comitê de Política Monetária sobre a taxa de juros.

Os salários representam apenas um dos diversos fatores que compõem a chamada “Economia do Trabalho”. Componentes como o desemprego, a legislação trabalhista e a mobilidade da mão-de-obra têm sido abordados cada vez mais frequentemente numa tentativa de compreender melhor as rápidas mudanças que ocorrem no mercado de trabalho nos dias atuais.

O presente trabalho tem como foco a questão do desemprego. O objetivo proposto é o de analisar a taxa de desemprego do ponto de vista metodológico e mostrar se uma parte significativa das diferenças entre as taxas apresentadas pelos países se deve não apenas a fatores sócio-econômicos inerentes a cada um deles, mas também ao cálculo utilizado e ao que se conceitua ser desemprego.

A falta de uma literatura ampla sobre o tema em questão assim como a pouca disponibilidade de dados foram um fator de motivação para a realização deste trabalho. A maioria dos institutos de pesquisa segue as recomendações da Organização Internacional do Trabalho, com o objetivo de gerar resultados que possam ser comparados a nível internacional. No entanto, nem sempre as metodologias empregadas são exatamente as mesmas. Quando nos defrontamos com a taxa de desemprego, precisamos saber o quão exato é o número com o qual estamos lidando e quais foram as premissas adotadas até se chegar a ele. Quando observamos países com características

muito semelhantes e taxas de desemprego muito díspares, procuramos entender as reais razões para que isso esteja ocorrendo. Quando não se encontram explicações em fatores socioeconômicos, pode-se imaginar que as diferenças talvez residam em questões metodológicas ou conceituais. Na verdade, o método usado para o cálculo pode depender do que os governos dos países querem mostrar ao divulgar suas taxas de desemprego.

“The way one measures unemployment is likely to be different if the unemployment rate is intended to be a measure of the overall state of the economy than if it is an indicator of the extent of hardship in the economy or if it measures the degree of excess supply in the labour market.” [Riddell (1999)]

Num cenário de crise como o atual, em que vários países sofrem com demissões em massa, e diante de tantas incertezas em relação ao futuro, o estudo da taxa de desemprego e dos fatores que a compõem torna-se ainda mais importante, pois uma análise superficial dos dados apresentados pelos países pode levar a uma visão viesada da realidade.

Pode-se ilustrar a relevância dessa questão por meio do exemplo mexicano. O país tem uma taxa de desemprego muito baixa em comparação com a grande maioria dos países em desenvolvimento e até mesmo com países desenvolvidos que apresentam taxas relativamente baixas como Estados Unidos e Canadá. Considerando-se o período de 2002 a 2008, a taxa mexicana oscilou entre 2,9% e 4,7%. Nos EUA, a menor taxa registrada no mesmo período foi 4,4% e a maior 7,2%. O que explicaria tamanho diferencial? A explicação reside em dois fatores. Em primeiro lugar, o conceito mexicano de desemprego exclui pessoas que seriam contadas como desempregadas sob o conceito americano, por exemplo. A segunda questão é que a taxa de desemprego mascara o fato de que há um grande número de pessoas em empregos instáveis, marginais. São pessoas se submetem a qualquer tipo de trabalho pra sobreviver. Na verdade, não são “empregados” propriamente ditos.

Os “verdadeiros” desempregados apontados na pesquisa de desemprego são na verdade aqueles que têm recursos para se manter enquanto buscam um trabalho. São normalmente trabalhadores mais jovens e mais bem educados que o resto da população.

Além disso, existe outra explicação pertinente, mas referente à legislação trabalhista, não se tratando de uma questão de cunho conceitual. No México, não há um seguro desemprego propriamente dito, o que força os trabalhadores a realizarem esses trabalhos marginais como meio de subsistência. Assim, mesmo que trabalhem uma hora por semana apenas em “bicos”, são considerados empregados. Esse tipo de trabalho certamente ocorre com muito menos frequência em países desenvolvidos como Estados Unidos e Canadá.

2. CÁLCULO E CONCEITOS

A fórmula utilizada no cálculo da taxa de desemprego é a mesma para todos os países (N° de desempregados / Força de Trabalho). No entanto, a compreensão do que vem a ser desemprego e de quem faz parte da força de trabalho pode variar. Nesse sentido, é preciso entender primeiramente o conceito genérico de força de trabalho e do desemprego antes de abordar as especificidades de cada país. São considerados desempregados aqueles que, apesar de não terem emprego, estão dispostos a trabalhar e tomaram alguma providência efetiva no período considerado. A força de trabalho, por sua vez, representa a parcela da população capaz de exercer uma atividade produtiva. Esses conceitos valem para todos os países considerados neste trabalho.

No entanto, quando procuramos entender precisamente outros conceitos além dos apresentados acima, nos deparamos muitas vezes com definições confusas ou que dão margem a interpretações dúbias. Por isso, é preciso compreender com exatidão o que está por trás das palavras e cálculos apresentados antes de fazer qualquer comparação. Caso contrário, corremos o risco de estar considerando iguais duas coisas que no fundo são completamente diferentes.

No caso brasileiro, a força de trabalho é representada pela PEA, população economicamente ativa. O IBGE define a PEA como sendo “o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo”. A PEA, por sua vez, representa uma parcela da PIA, a população em idade ativa, que compreende toda a população com 10 ou mais anos de idade. Isso significa que fazem parte da força de trabalho todos aqueles com idade igual ou superior a 10 anos que estão empregados ou que procuram trabalho.

Todavia, para a maioria dos países, a faixa etária considerada para a definição do número de pessoas que fazem parte da força de trabalho é diferente. Na Europa, as faixas de idade compreendidas variam bastante. Enquanto em países como Espanha e Inglaterra considera-se a população com 16 anos em diante, em outros como Dinamarca e Suécia, a força de trabalho compreende pessoas entre 15 e 74 anos de idade. Comparando os países latino-americanos, também observamos algumas variações. No México, por exemplo, a

idade mínima considerada é 14 anos, enquanto na Argentina só se considera a população entre 18 e 65 anos como parte da PEA, apesar de toda a população acima de 10 anos ser incluída nas pesquisas de emprego. Nos Estados Unidos, apenas os que têm 16 ou mais são contabilizados na força de trabalho e no Canadá, somente aqueles que possuem mais que 15. Essas questões influenciam diretamente no tamanho da força de trabalho e conseqüentemente no número encontrado para a taxa de desemprego. Além disso, o impacto pode ser maior ou menor dependendo da estrutura etária da população. Na tabela abaixo é possível observar algumas dessas diferenças na classificação etária, conforme mostrado acima:

Tabela 1 – Faixas etárias consideradas no cálculo da taxa de desemprego

País	Faixa Etária Considerada
Brasil, Bolívia e Paquistão	10 anos ou mais
México	14 anos ou mais
Chile, Canadá, França, Itália e Alemanha	15 anos em diante
Estados Unidos	16 anos em diante
Dinamarca, Estônia, Hungria, Finlândia e Suécia	De 15 a 74 anos
Noruega e Islândia	De 16 a 74 anos

Existem ainda outras diferenças além da questão da idade. Alguns países, como é o caso do Brasil¹ e da Argentina, usam como amostras apenas populações de áreas urbanas. Ou seja, a taxa de desemprego no campo é deixada de lado. Um país que adota essa metodologia amostral pode ter estatísticas viesadas se uma parte significativa de sua população estiver concentrada em áreas rurais.

É preciso ressaltar que, quando comparamos dois países, as variações metodológicas relatadas acima podem ter pouco poder de explicação sobre as diferenças encontradas entre suas taxas de desemprego. Porém, considerando um modelo agregado, elas podem refletir uma grande divergência no número de desempregados encontrado, por exemplo.

¹ A PME (Pesquisa Mensal de Emprego) considera em sua amostra apenas a população de seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre.

3. QUESTÃO ETÁRIA

3.1. O CASO BRASILEIRO

A primeira questão importante a ser levantada é a questão da idade considerada, uma vez que essa é, provavelmente, a principal responsável pelas diferenças na taxa entre as razões aqui consideradas. Para isso, pretende-se inicialmente expor o caso brasileiro e os números encontrados para que, posteriormente, possa ser feita uma comparação com os números de outros países.

A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) divulga anualmente dados sobre o mercado de trabalho no Brasil. Entre eles, encontra-se a divisão do número de pessoas ocupadas no Brasil por faixa etária. Isso nos permite avaliar o peso relativo da população de 10 a 14 anos ocupada sobre o total, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 2A – Participação da população de 10 a 14 anos ocupada no total

Ano	População ocupada total	População de 10 a 14 anos ocupada	Participação da pop. de 10 a 14 anos no total (%)
2002	78.179.622	1.866.627	2,4%
2003	79.250.627	1.688.671	2,1%
2004	84.596.294	1.713.595	2,0%
2005	87.089.976	1.864.822	2,1%
2006	89.318.000	1.724.000	1,9%
2007	90.786.000	1.600.000	1,8%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A tabela acima mostra que o peso relativo da população considerada têm se mostrado estável ao longo dos últimos anos, apesar de apresentar uma tendência de queda a partir de 2005. O fato de representar uma fatia menor da população ocupada significa que essa questão tem cada vez menos importância no sentido de explicar as variações na taxa de desemprego.

No começo dos anos 90, o percentual de crianças ocupadas nessa faixa etária era muito mais significativo que o atual. No ano de 1993, por exemplo, o IBGE contabilizou 3.452.009 crianças ocupadas, 19,6% do total na mesma faixa de idade. Se estimarmos a

população ocupada para o Brasil naquele ano, encontramos um total de 61.174.729 pessoas ocupadas. No entanto, a PME antiga considerava apenas a população acima de 15 anos. Ou seja, na realidade, o total de pessoas ocupadas, incluindo a população de 10 a 14 anos, era de 64.599.738, dos quais a população na faixa etária em questão representava 5,6%.

A partir disso, podemos fazer o seguinte questionamento: O que aconteceria com a taxa de desemprego se desconsiderássemos a parcela da população de 10 a 14 anos? Para responder essa pergunta, podemos utilizar as informações divulgadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela dispõe de dados sobre a população economicamente ativa dos países dividida por faixas etárias². No caso do Brasil, há dados disponíveis para os anos de 2002, 2003, 2004 e 2006. Além disso, conta também com dados sobre a população desocupada por faixa de idade. Dessa forma, podemos excluir a parcela da PEA referente a essa faixa etária, assim como o número de desocupados na mesma do total e calcular a taxa de desemprego encontrada. Os resultados encontrados foram separados em duas tabelas:

Tabela 2B – Taxa de desemprego considerando o total da população

Ano	PEA (em milhares)	Nº de desempregados (em milhares)	Tx. de desemprego
2002	86.905,9	7.957	9,16%
2003	88.784,9	8.638	9,73%
2004	92.856,3	8.264	8,90%
2006	97.529,0	8.209	8,42%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

Tabela 2C – Taxa de desemprego desconsiderando a faixa etária de 10 a 14 anos

Ano	PEA (em milhares)	Nº de desempregados (em milhares)	Tx. de desemprego
2002	84.788,6	7.723	9,11%
2003	86.892,8	8.452	9,73%
2004	90.961,7	8.083	8,89%
2006	95.620,0	8.024	8,39%

² Os dados divulgados pela OIT não são exatamente idênticos àqueles divulgados na PNAD, apesar de próximos. Um cálculo simples permite mostrar que em 2002, por exemplo, a população total ocupada segundo a OIT era de 79 milhões de pessoas enquanto na PNAD era de aproximadamente 78,2 milhões.

Por meio das tabelas acima, é possível encontrar também a taxa de desemprego dentro da faixa etária em estudo para os anos pesquisados:

Tabela 2D – Taxa de desemprego na faixa etária de 10 a 14 anos

Ano	PEA de 10 a 14 anos (em milhares)	Nº de desempregados de 10 a 14 anos (em milhares)	Tx. de desemprego na faixa etária de 10 a 14 anos (%)
2002	2.117,3	234	11,1%
2003	1.892,1	186	9,8%
2004	1.894,6	181	9,6%
2006	1.909,0	185	9,7%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

Inicialmente, poder-se-ia pensar que a taxa de desemprego nessa faixa etária seria muito baixa, próxima de zero, uma vez que, na maioria dos casos, aqueles que estão nessa faixa de idade e trabalham estão empregados por conta própria, em empregos marginais. Ou seja, eles optariam por trabalhar ou não, não dependendo de questões externas. No entanto, como pode ser visto na tabela acima, existe um bom número de jovens nessa faixa que procuram um emprego, sem sucesso, fazendo com que exista uma taxa de desemprego que não pode ser desconsiderada nesse segmento de idade.

Observando as três tabelas anteriores, nota-se outro ponto interessante: a taxa de desemprego na faixa etária em questão gira em torno de um patamar próximo ao do total. Isso faz bastante sentido quando observamos que não há uma grande variação ao considerar-se ou desconsiderar-se a população de 10 a 14 anos no cálculo da taxa de desemprego.

A questão de incluir ou não a população dessa faixa etária no cálculo da taxa de desemprego final só teria peso caso a taxa de desemprego dentro da mesma fosse muito diferente e o peso relativo dessa faixa etária no total fosse muito elevado, o que não ocorre no Brasil.

É preciso avaliar também o outro extremo da força de trabalho, que é desconsiderado em alguns países europeus: a população ativa acima de 75 anos. Observando os dados, vemos que a taxa de desemprego nessa parcela da população é muito baixa quando comparada àquela existente para a população como um todo. No entanto, como representa uma faixa muito pequena, sua capacidade de influenciar a taxa de desemprego final é limitada³.

Tabela 2E – Taxa de desemprego na faixa etária de 75 anos ou mais

Ano	PEA 75 anos ou mais (em milhares)	Número de desempregados com 75 anos ou mais (em milhares)	Tx. de desemprego 75 anos ou mais (%)
2002	562,4	5	0,89%
2003	590,6	10	1,69%
2004	587,5	4	0,68%
2006	704	5	0,71%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

Tabela 2F – Taxa de desemprego desconsiderando a faixa etária de 75 anos ou mais

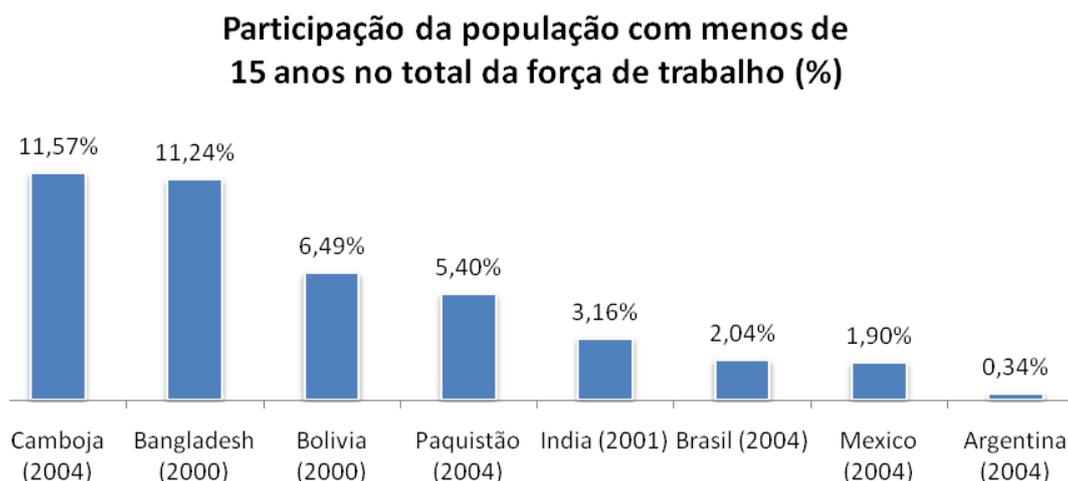
Ano	PEA (em milhares)	Nº de desempregados (em milhares)	Tx. de desemprego
2002	86.343,50	7.952	9,21%
2003	88.194,30	8.628	9,78%
2004	92.268,80	8.260	8,95%
2006	96.825,00	8.204	8,47%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

³ A taxa de desemprego média na faixa de 75 anos ou mais no período pesquisado foi de 0,99% e a participação média da mesma no total da população economicamente ativa de 0,67%.

3.2. COMPARAÇÃO COM OUTROS GRUPOS DE PAÍSES

Após analisarmos o caso do Brasil, é preciso agora analisar outros países com metodologias diferentes e que tenham dados disponíveis, para que possamos comparar os efeitos da inclusão ou retirada de fatores que afetem a taxa de desemprego. Dessa forma, foram escolhidos um grupo de países latino-americanos e um grupo de países asiáticos que possuem seus limites inferiores da força de trabalho abaixo dos 15 anos de idade. É preciso ressaltar que cada país tem suas especificidades quanto à idade considerada, por isso optou-se por fazer uma análise separada de cada um deles. Além disso, alguns países possuem dados sobre a PEA, mas não sobre desemprego, o que torna inviável a análise dos mesmos.



Fonte: Organização Internacional do Trabalho - OIT

Argentina

A Argentina restringe sua população economicamente ativa à população entre 18 e 65 anos. No entanto, a *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH), base para o cálculo da taxa de desemprego, considera toda a população com 10 anos ou mais. Ou seja, existem dados sobre a população de 10 a 17 anos que trabalha, mas esses dados não são usados para fins de cálculo. Como os dados divulgados são para intervalos de idade de 5 anos (de 10 a

14 e 15 a 19, por exemplo), é impossível avaliar o impacto exato da inserção da população de 10 a 17 anos no cálculo. Contudo, podemos avaliar o peso parcela de 10 a 14 anos separadamente, supondo que a PEA argentina fosse de 15 anos em diante, para fins de comparação com o caso brasileiro.

Tabela 3A – Taxa de desemprego na faixa etária de 10 a 14 anos

Ano	PEA de 0 a 14 anos (em milhares)	Nº de desempregados de 10 a 14 anos (em milhares)	Nº de pessoas de 0 a 14 anos ocupadas (em milhares)	Tx. de desemprego 0 a 14 anos (%)
2004	36,5	5,1	31,4	14%
2005	42,6	3,6	39	8%
2006	38,2	4,5	33,7	12%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

Obs: Números da EPH (Encuesta Permanente de Hogares) que considera 28 áreas urbanas

Tabela 3B – Peso relativo da PEA de 10 a 14 anos no total

Ano	PEA (em milhares)	PEA de 10 a 14 anos (em milhares)	Participação da PEA de 0 a 14 anos no total (%)
2003	10.152,10	9,5	0,09%
2004	10.776,60	36,5	0,34%
2005	10.780,10	42,6	0,40%
2006	11.089,80	38,2	0,34%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

No caso argentino, a população de 10 a 14 anos economicamente ativa representa, como proporção do total, uma parcela em média 5 vezes menor que no caso brasileiro. O peso da taxa de desemprego nessa faixa etária é, portanto, muito baixo, tendo pouco efeito sobre a taxa de desemprego final. Dessa forma, podemos dizer que não haveria uma mudança significativa se houvesse uma mudança na metodologia de cálculo e se passasse a incluir a população de 10 a 14 anos no mesmo⁴. Essa questão é evidenciada por meio das tabelas abaixo:

⁴ No entanto, conforme dito anteriormente, seria preciso avaliar também a taxa de desemprego na faixa de 15 a 17 anos e o seu peso sobre o total para obter resultados mais precisos.

Tabela 3C – Taxa de desemprego considerando o total da população

Ano	PEA (em milhares)	N° de desempregados (em milhares)	Tx. De desemprego
2003	10152,1	1633	16,09%
2004	10776,6	1361,6	12,63%
2005	10780,1	1141,5	10,59%
2006	11089,8	1049,2	9,46%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

Tabela 3D – Taxa de desemprego desconsiderando a faixa etária de 10 a 14 anos

Ano	PEA (em milhares)	N° de desempregados (em milhares)	Tx. De desemprego
2003	10142,6	1625,8	16,03%
2004	10740,1	1356,5	12,63%
2005	10737,5	1137,9	10,60%
2006	11051,6	1044,7	9,45%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

O fato de que a população economicamente ativa de 10 a 14 anos contribui muito pouco para o total torna a variação na taxa de desemprego dada por essa questão irrelevante. O maior diferencial encontrado foi de 0,06 pontos percentuais no início da série, em 2003.

Bolívia

Outro ponto importante a ser abordado, como apontado anteriormente, é o fato de que algumas pesquisas sobre a taxa de desemprego consideram apenas áreas urbanas, o que pode tornar o resultado final viesado caso o país tenha boa parte de sua população concentrada em áreas rurais. É fundamental então ter em mente quais as áreas consideradas quando se observa o número por si só.

Essa questão pode ser ilustrada com o caso boliviano. Para a Bolívia, por exemplo, existem duas estatísticas para a população ocupada. A primeira contabiliza apenas as áreas urbanas enquanto a segunda contabiliza toda a população acima de 10 anos, em áreas urbanas e rurais. A diferença na taxa de desemprego é bastante expressiva, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 4A – Taxa de desemprego considerando somente a população em áreas urbanas

	2002	2003	2004	2005	2006
População economicamente ativa (em milhares)	2320,02	2432,94	2432,94	2594,17	2672,04
População desocupada (em milhares)	201,62	155,04	155,04	215,97	219,04
Taxa de desemprego	8,7%	6,4%	6,4%	8,3%	8,2%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

Tabela 4B – Taxa de desemprego considerando a população em áreas urbanas e rurais

	2002	2003	2004	2005	2006
População economicamente ativa (em milhares)	4046,538	4061,781	4061,78	4183,771	4427,784
População desocupada (em milhares)	221,6	182,39	182,39	245,2	243,53
Taxa de desemprego	5,5%	4,5%	4,5%	5,9%	5,5%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

A partir dos dados acima, é possível extrair os dados para as áreas rurais bolivianas, o que nos possibilita comparar a taxa de desemprego nas mesmas com aquela encontrada em áreas urbanas:

Tabela 4C – Taxa de desemprego considerando somente a população em áreas rurais

	2002	2003	2004	2005	2006
População economicamente ativa (em milhares)	1726,518	1628,841	1628,84	1589,601	1755,744
População desocupada (em milhares)	19,98	27,35	27,35	29,23	24,49
Taxa de desemprego	1,16%	1,68%	1,68%	1,84%	1,39%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

Notamos que, no caso boliviano, a inclusão das áreas rurais na pesquisa reduz significativamente a taxa de desemprego. Em 2006, por exemplo, o valor encontrado para a percentual do desemprego incluindo as áreas rurais é 33% menor do que quando se contabilizam só as áreas urbanas (5,5% contra 8,2%). Além disso, a população das áreas rurais representa em média 40% da população total considerada na pesquisa, no período apontado, número que ajuda a demonstrar a representatividade e o peso da mesma sobre a taxa de desemprego final. A comparação entre a taxa de desemprego em áreas urbanas e rurais produz diferenças ainda mais drásticas. Enquanto a média da taxa em áreas rurais é de 1,55%, em áreas urbanas ela é de 7,60%, valor quase 4 vezes maior.

Podemos estabelecer um paralelo entre essa questão e a parcela da população de 10 a 14 anos empregada no campo e nas cidades. Enquanto nas áreas urbanas o percentual de crianças nessa faixa etária que estão empregadas gira em torno de 12%, nas áreas rurais ele é, em média, de 52%⁵. Todavia, como os dados sobre o desemprego divididos por faixa etária só estão disponíveis para áreas urbanas, fica impossível saber o percentual real no campo e medir o peso desse fator para o país como um todo. O resultado gerado pela exclusão dessa parcela da PEA nas cidades pode ser vista no Anexo II.

⁵ De acordo com o SEDLAC, Socioeconomic Database for Latin America and the Caribbean.

México

A partir de 2005, o México passou a considerar como parte da PEA somente a população acima de 14 anos. Anteriormente, considerava-se a população acima de 12 anos. Essa mudança metodológica fez com que a participação da população abaixo de 15 anos no total caísse de uma média de 1,95% para 0,78%, ou seja, o impacto dessa questão no resultado final diminuiu consideravelmente. A variação na taxa de desemprego provocada pela metodologia de cálculo, que já era pequena devido ao fato da desocupação na faixa de 12 a 14 anos ser similar à geral, tornou-se ainda menor. Os resultados podem ser observados nas tabelas abaixo:

Tabela 5A – Taxa de desemprego considerando o total da população

Ano	PEA (em milhares)	Nº de desempregados (em milhares)	Tx. De desemprego (%)
2002	41.083,4	1.145,6	2,79%
2003	41.511,9	1.195,6	2,88%
2004	43.393,0	1.539,8	3,55%
2005	42.258,3	1.481,6	3,51%
2006	43.557,4	1.377,7	3,16%
2007	44.396,3	1.504,5	3,39%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

Tabela 5B – Taxa de desemprego excluindo a população de 12 a 14 anos (até 2004) e de 14 anos (de 2005 em diante) do total da população

Ano	PEA (em milhares)	Nº de desempregados (em milhares)	Tx. De desemprego (%)
2002	40.223,1	1.137,2	2,83%
2003	40.745,2	1.187,6	2,91%
2004	42.566,5	1.528,2	3,59%
2005	41.924,8	1.470,5	3,51%
2006	43.216,1	1.367,3	3,16%
2007	44.047,6	1.495,9	3,40%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

Paquistão

O Paquistão considera em suas estatísticas a população economicamente ativa com 10 anos ou mais, assim como o Brasil. No entanto, o peso relativo da população de 10 a 14 anos sobre o total é, em média, mais que o dobro que no caso brasileiro. Em 2004, enquanto a PEA nessa faixa etária correspondia a 2,04% do total no Brasil, no Paquistão ela era equivalente a 5,40%. Além disso, a taxa de desemprego nessa faixa etária difere significativamente da taxa encontrada para a população como um todo nos anos pesquisados. Em 2002, por exemplo, a taxa de desemprego para a população de 10 a 14 anos exclusivamente era de 16%, enquanto o número oficial para o país era de 8,27%, quase a metade.

Dessa forma, podemos afirmar que o impacto da inclusão desse segmento da população no cálculo da taxa de desemprego certamente é maior que no caso brasileiro. Todavia, é preciso medir o quão forte é esse impacto, observando as estatísticas com e sem a inclusão desses dados, como feito anteriormente. O resultado pode ser visto nas tabelas abaixo.

Tabela 6A – Taxa de desemprego considerando o total da população

Ano	PEA (em milhares)	Nº de desempregados (em milhares)	Tx. De desemprego (%)
2002	42.388	3.506	8,27%
2004	45.508	3.499	7,69%
2006	50.055	3.103	6,20%
2007	50.331	2.680	5,32%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho - OIT

Tabela 6B – Taxa de desemprego desconsiderando a faixa etária de 10 a 14 anos

Ano	PEA (em milhares)	Nº de desempregados (em milhares)	Tx. De desemprego (%)
2002	40.207	3.147	7,83%
2004	43.052	3.185	7,40%
2006	47.002	2.862	6,09%
2007	47.554	2.427	5,10%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho – OIT

Irã

O Irã possui dados recentes disponíveis para apenas 2 anos, 2005 e 2007. Assim como Paquistão e Brasil, a sua população economicamente ativa tem como limite inferior a idade de 10 anos.

No caso iraniano, a taxa de desemprego na faixa etária de 10 a 14 anos é de menos da metade da taxa oficial divulgada pelo país, diferentemente do caso brasileiro. Apesar disso, a sua capacidade de influenciar o total é pequena, dado que ela representa apenas cerca de 1,18% de toda a população ativa. Pode-se dizer que o caso do Irã representa um meio-termo entre o brasileiro e o paquistanês. Um resumo dos resultados e das variações encontradas para todos os países pode ser visto no Anexo II no final deste trabalho.

Tabela 7A – Taxa de desemprego na faixa etária de 10 a 14 anos

Ano	PEA 10 a 14 anos (em milhares)	Nº de desempregados de 0 a 14 anos (em milhares)	Tx. de desemprego 0 a 14 (%)
2005	335	15	4%
2007	204,1	9	4%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho – OIT

Tabela 7B – Taxa de desemprego considerando o total da população

Ano	PEA (em milhares)	Nº de desempregados (em milhares)	Tx. De desemprego (%)
2005	22.317	2.556	11,45%
2007	23.578	2.486	10,54%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho – OIT

Tabela 7C – Taxa de desemprego desconsiderando a faixa etária de 10 a 14 anos

Ano	PEA (em milhares)	Nº de desempregados (em milhares)	Tx. De desemprego (%)
2005	21.982	2.541	11,56%
2007	23.374	2.477	10,60%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho – OIT

4. EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA SOBRE A TAXA DE DESEMPREGO

Um cenário de crise afeta diretamente não só a demanda como a oferta de mão-de-obra de crianças e jovens. Países que têm um grande contingente de sua população concentrado nessa faixa etária e que a consideram no cálculo da taxa de desemprego, podem apresentar variações significativas na mesma em tempos de crise, pois existe a possibilidade de um número maior de crianças e jovens abandonarem a escola e ingressarem no mercado de trabalho. Dessa forma, se por um lado podemos ter um aumento do desemprego causado pela desaceleração da economia, por outro lado podemos ter um aumento da população economicamente ativa assim como um aumento do número de trabalhadores ocupados nessa faixa etária.

Existem diversas razões para que isso aconteça. Uma delas é que, como a própria crise provoca desemprego ou faz com que os trabalhadores se sujeitem a receber salários mais baixos, a renda domiciliar fica prejudicada. Como a renda do domicílio é um fator importante para a determinação da alocação do tempo das crianças, os pais podem optar por tirar as crianças da escola e colocá-las pra trabalhar. Essa decisão representa a troca de um rendimento maior no futuro, proporcionado por uma escolaridade maior, por um rendimento menor no presente. No entanto, para os pais, a perspectiva do retorno da educação no longo prazo tende a ser deixada de lado quando os mesmos vislumbram a possibilidade de obter um complemento na renda familiar.

Outra razão que motiva a entrada desses jovens trabalhadores no mercado de trabalho, observando agora pela ótica da demanda, é o fato de que o trabalhador mais novo e inexperiente representa um custo de mão-de-obra menor para as empresas que requerem baixa qualificação. Isso ocorre com certa frequência principalmente em indústrias exportadoras do Sudeste Asiático.

Além disso, em tempos de crise, os trabalhadores são muitas vezes levados a buscar alternativas no setor informal, que é justamente onde as crianças e jovens costumam ingressar, dada a impossibilidade de arranjar empregos no setor formal.

Nesse sentido, algumas políticas governamentais como a de transferência de renda para famílias que têm seus filhos matriculados na escola, como implementado pelo governo brasileiro, podem ter um efeito indireto sobre a taxa de desemprego, mesmo que pequeno. A existência desse tipo de política pode reduzir o abandono escolar, diminuir o número de crianças de 10 a 14 anos na PEA e também o número de crianças ocupadas na mesma faixa etária.

O número de crianças ocupadas na América Latina tem caído, apesar do problema ainda ser considerado crônico. No Peru, por exemplo, entre os anos de 1997 e 2006, a taxa de ocupação mais baixa registrada para a população de 10 a 14 anos foi de 26,7% em 2002 e a mais alta chegou a 36,6% em 1999⁶. Em 2002, segundo as estatísticas oficiais, havia pouco mais de 2,9 milhões de pessoas nessa faixa etária, o que indica que o número total de crianças ocupadas era de cerca de 777 mil naquele ano, ou cerca de 6% da PEA⁷. Num cenário de crise, supondo que a taxa de ocupação passasse para os 36,6% de 1999, o número de crianças ocupadas passaria para cerca de 1,07 milhão, ou 8,3% da PEA. Dessa forma, um cenário de crise acentuada poderia provocar um aumento do peso dessa parcela da população de 37%.

Em alguns países asiáticos, a situação é ainda mais crítica. No Camboja, a taxa de atividade na faixa etária de 10 a 14 anos era de 48,1% em 2004 e ela representava 11,6% do total da PEA⁸. Não há dados disponíveis para a taxa de desemprego nesse mesmo ano mas podemos usar os dados divulgados para o ano de 2001 como uma aproximação. Observando o número de crianças e jovens desocupados naquele ano, obtemos uma taxa de desemprego de apenas 1,3%, o que nos dá algo próximo de 863 mil pessoas trabalhando nessa faixa de idade. Mantido esse percentual, um aumento na taxa de atividade para 60%, elevaria o peso dessa população ocupada na PEA para 14,2%, um acréscimo de 23% no peso inicial.

⁶ De acordo com o SEDLAC, Socioeconomic Database for Latin America and the Caribbean.

⁷ Em 2002, a PEA no Peru, segundo as estatísticas oficiais, era de 12.891.700 pessoas.

⁸ Dados divulgados pela OIT, Organização Internacional do trabalho.

A crise também tem um efeito interessante sobre outra questão metodológica. Diante de um panorama de desaceleração econômica e da impossibilidade de conseguir um emprego, algumas pessoas podem ficar desalentadas e podem deixar de procurar emprego ou passar a procurar passivamente. Em termos estatísticos, esses trabalhadores estão sendo transferidos da parcela da população que se encontra desempregada para a parcela inativa da população. Ou seja, reduz-se o número de desempregados mas a força de trabalho também sofre uma redução. Mas qual seria o efeito dessa transição na taxa de desemprego?

Um exemplo hipotético ajuda a responder essa questão. Imaginemos um país com uma população economicamente ativa de 1 milhão de habitantes e uma taxa de desemprego de 10%, totalizando 100 mil pessoas desocupadas. Se 10 mil desses desempregados desistirem de procurar emprego, teremos agora 90 mil desempregados e 990 mil pessoas na força de trabalho, o que nos dá uma taxa de desemprego de 9,1%. Assim, observa-se nesse caso que, se um décimo dos trabalhadores desempregados mudarem de postura quanto à procura por um trabalho, a taxa de desemprego pode variar em quase 1 ponto percentual. Esse ponto é explicado com maior clareza no capítulo seguinte.

5. OUTRAS DIFERENÇAS CONSIDERADAS

Existem ainda outras diferenças entre os países no que concerne à metodologia utilizada e aos conceitos adotados. No entanto, o real impacto dessas diferenças sobre a taxa de desemprego final é difícil de ser mensurado, uma vez que não existem dados disponíveis ou confiáveis para isso.

A primeira diferença é o período de referência da pesquisa. Na verdade, existem dois períodos de referência a serem considerados: aquele relacionado à execução do trabalho em si e aquele relacionado à procura por um emprego. Por exemplo, na maioria dos casos, considera-se o trabalhador como empregado se ele estiver trabalhando na semana imediatamente anterior à da pesquisa e desempregado se ele não estiver trabalhando, mas tiver tomado providências para encontrar um emprego nas últimas quatro semanas, ou seja, se estiver procurando ativamente um emprego. Pode também haver diferenças na definição do que constitui “procurar ativamente um emprego” e isso pode afetar a categorização do indivíduo como desempregado ou fora da força de trabalho.

Esse ponto é bem explicado por Riddell (1999) por meio de um exemplo. Considere uma pessoa que perde um emprego, passa três meses à procura de trabalho, para de procurar por um mês, apesar de continuar querendo trabalhar, e depois volta a procurar emprego por mais dois meses até encontrá-lo. Nas estatísticas oficiais, esse indivíduo se encaixaria nos três primeiros meses como desempregado, posteriormente figuraria por um mês fora da força de trabalho para depois retornar como desempregado pelos dois meses subsequentes. No entanto, esse indivíduo deveria ser contabilizado, na realidade, como um desempregado ao longo do período de 6 meses.

Além das diferenças relatadas acima, existe outra de comprovada importância. Em 1998, a taxa de desemprego americana foi de 4,5% enquanto a canadense foi de 8,3%, uma diferença considerável dadas as características semelhantes dos dois países. A partir daí, procurou-se saber o quanto desse *gap* poderia ser atribuído a diferenças de medida que não foram levadas em consideração. A principal diferença encontrada residia na questão da procura ativa ou passiva por um emprego. Segundo a classificação canadense, que

considera a procura passiva, o simples fato do trabalhador ter lido anúncios no jornal faz com que ele seja contado como desempregado enquanto nos Estados Unidos, esse trabalhador estaria fora da força de trabalho. Um ajuste da taxa canadense aos conceitos da taxa americana geraria uma queda de 1 ponto percentual na mesma, reduzindo a diferença de 3,8 para 2,8 p.p (Sorrentino, 2000).

O caso chinês ilustra outro ponto importantíssimo na discussão sobre a mensuração da taxa de desemprego. As estatísticas oficiais sobre o desemprego no país costumam ser muito questionadas. A alegação é de que a forma utilizada pelo governo chinês para medir o nível de desocupação subestima o desemprego real existente na economia. São contados como desempregados apenas os indivíduos que registram-se para receber os benefícios do seguro-desemprego nos governos locais, ou seja, os números não se baseiam em pesquisas com amostras representativas, o que prejudica a credibilidade do resultado final (Giles, Park, Zhang, 2004).

Dessa forma, trabalhadores que perderam empregos, mas não se registraram nos governos locais não são contabilizados como desempregados. Além disso, trabalhadores que involuntariamente se aposentam mais cedo podem ainda estar sendo contabilizados quando na verdade deveriam ser vistos como fora da força de trabalho (Solinger, 2001).

Outra questão importante é a inclusão ou não de determinados tipos de trabalhadores nas pesquisas. Nos Estados Unidos, por exemplo, considera-se apenas a população civil não institucionalizada, ou seja, militares e religiosos são descartados. Além disso, são descartados também trabalhadores que ajudam instituições religiosas ou beneficentes. Estes, por sua vez, são considerados no Brasil, dado que realizem pelo menos 15 horas por semana de trabalho não-remunerado⁹. Este é outro fator, aliás, que varia de país para país. Nos Estados Unidos, por exemplo, trabalhadores não-remunerados que cumpram uma rotina de menos de 15 horas de trabalho semanais são considerados como fora da força de trabalho. No Canadá e nos países europeus, esses trabalhadores são considerados como empregados. A Eurostat, organização que divulga as estatísticas oficiais

⁹ De acordo com IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

dos países da União Européia, procura padronizar suas informações justamente de forma a oferecer números que possam ser comparados consistentemente, sem perda de credibilidade.

Existe ainda outro ponto importante que merece ser lembrado: a periodicidade das pesquisas e, principalmente, o período do ano em que elas são realizadas. Se um país realiza suas pesquisas anualmente em dezembro, ele provavelmente apontará um desemprego menor do que se realizasse suas pesquisas em outro mês do ano. Isso ocorre devido à sazonalidade existente nesse período, em que mais trabalhadores são contratados para cargos temporários. Um país que divulga dados mensais sobre o desemprego oferece uma estatística mais confiável, na qual é possível identificar a sazonalidade existente no final do ano.

Além disso, há outras questões importantes como a frequência com que os dados são divulgados e a transparência dos mesmos. A Índia, por exemplo, apresenta seus dados com uma certa defasagem e os dados sobre os desempregados são descasados em relação aqueles referentes à população economicamente ativa. Por exemplo, a população economicamente ativa é dividida em faixas etárias diferentes da população desempregada, que é menos segregada.

6. CONCLUSÃO

Ao observar as taxas de desemprego entre países, procuramos entender porque elas são tão diferentes. Os motivos podem ser os mais diversos. Elas podem variar em razão da estrutura da economia de cada país, podem depender de fatores culturais ou mesmo de questões específicas do mercado laboral, como a existência ou ausência do seguro-desemprego, por exemplo. No entanto, países com características muito semelhantes com frequência apresentam taxas de desemprego bastante diferentes. A partir disso, recorreremos às explicações de cunho metodológico com o objetivo de avaliar o real impacto desse fator sobre o resultado final.

Nesse sentido, procurou-se primeiramente avaliar a questão da idade considerada na população economicamente ativa, por ser esse o fator com maior base de dados disponível e, portanto, mais facilmente mensurável. No entanto, só é possível analisar o que acontece ao excluirmos determinada parcela da PEA e não o que aconteceria se incluíssemos uma parcela que não é considerada. Isso ocorre por um motivo muito simples. Países que possuem limites inferiores de idade de 15 ou 16 anos, por exemplo, não possuem estatísticas do mercado de trabalho para sua população de 10 a 14 anos, tornando impossível a análise da inclusão da mesma na força de trabalho.

A análise da questão etária demonstrou que a mesma não exerce grande impacto sobre a taxa de desemprego da economia, tornando a questão de incluir ou não determinadas faixas de idade irrelevante para a maioria dos países. O país com maior variação ocasionada pelo fator idade foi o Paquistão, com menos de meio ponto percentual. Dessa forma, a capacidade dos países de reduzir sua taxa de desemprego mudando a faixa etária considerada é limitada.

Outros fatores, cuja mensuração é mais difícil dada a falta de dados disponíveis, também foram considerados. Alguns deles podem impactar significativamente a taxa de desemprego, como a procura ativa ou passiva por um emprego e esse efeito pode ser mais drástico em tempos de crise econômica.

Outro ponto importante que deve ser evidenciado é o de que alguns países utilizam metodologias completamente diferentes daquela recomendada pela OIT, o que torna os

dados desses países incomparáveis ao de outros. Esses métodos de cálculo alternativos podem indicar uma tentativa de mascarar a taxa de desemprego para mostrar uma rigidez maior da economia para o mercado do que a que de fato existe.

É preciso ressaltar também que, dado o dinamismo dessas questões, as conclusões aqui expostas podem sofrer modificações. Por isso, é preciso rever constantemente os efeitos das mudanças metodológicas sobre a taxa de desemprego com o objetivo de oferecer sempre dados realistas e comparáveis internacionalmente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RIDELL, Craig. “Measuring Unemployment and Structural Unemployment”, Department of Economics, University of British Columbia, *Discussion paper No.: 99-21*. Setembro de 1999.

GILES, John; PARK, Albert; ZHANG, Juwei. 2004. “What is China’s true unemployment rate?”, *China Economic Review*.

SOLINGER, Dorothy. “Why we cannot count the “unemployed”, *China Quarterly* 167, 671 – 688

SORRENTINO, Constance. 2000. “International unemployment rates: how comparable are they?”, *Monthly Labor Review* 123, 3-20, Junho de 2000

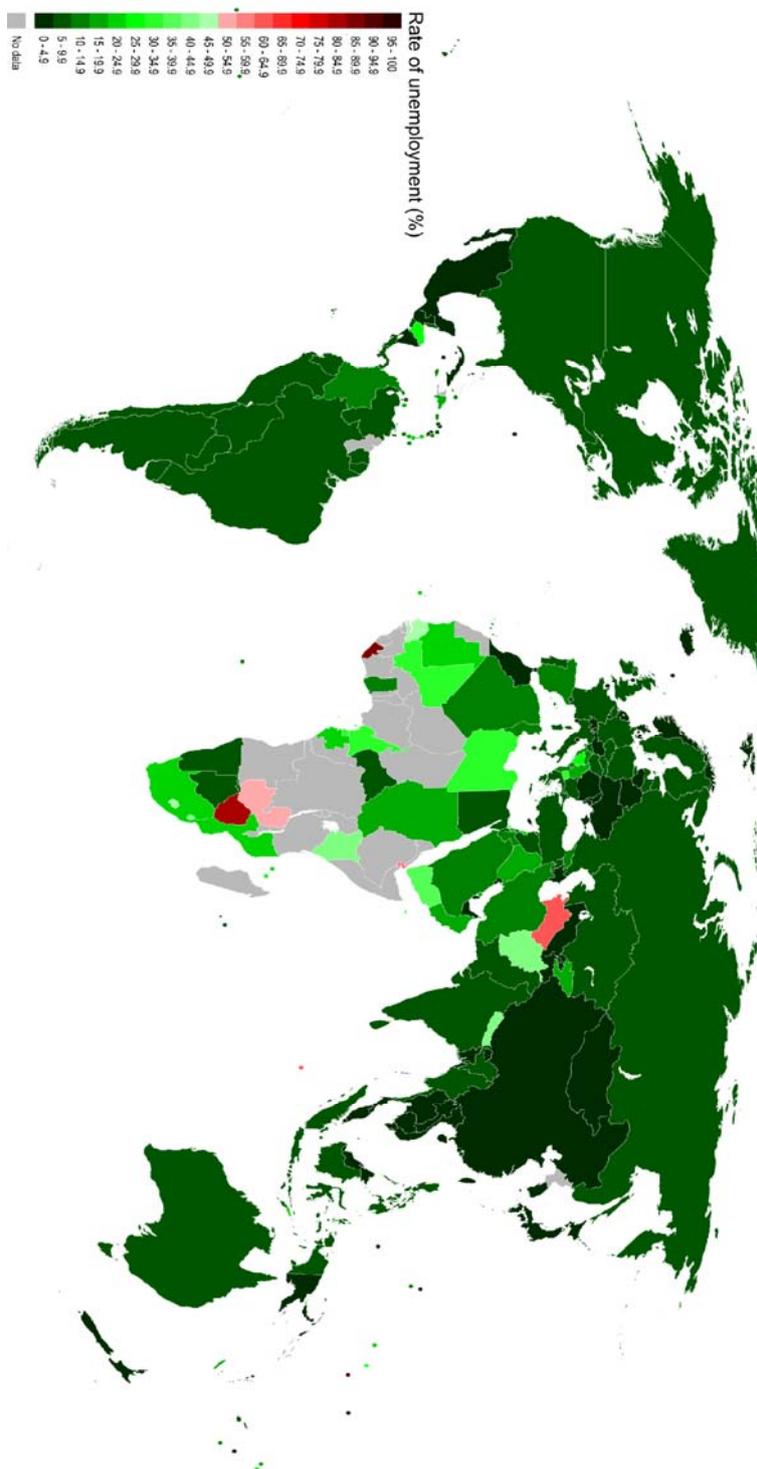
ORFILA, Dora. "*Datos sobre desempleo en Argentina*" en Observatorio de la Economía Latinoamericana N° 80, Junho de 2007.

FLECK, Susan; SORRENTINO, Constance. “*Employment and Unemployment in Mexico’s Labor Force*”, in *Monthly Labor Review, Washington, USA, BLS*, Novembro de 1994

JOHNSON, George. *Diferencias en el análisis del desempleo en economías más y menos desarrolladas*, in *Empleo y Economía*, Miguel Urrutia Montoya, Março de 2001, pp. 13 – 40

FRENKEL, Roberto; ROS, Jaime. “*Desempleo, políticas macroeconómicas y flexibilidad del mercado laboral. Argentina y México en los noventa.*”, in *Desarrollo Económico*, vol. 44, nº 173. Junho de 2004

ANEXO I – TAXAS DE DESEMPREGO NO MUNDO



**ANEXO II - VARIACÕES NAS TAXAS DE DESEMPREGO NO GRUPO DE
PAÍSES PESQUISADOS**

País	Taxa de desemprego geral (%)	Taxa de desemprego sem pop. de 10 a 14 anos (%)	Varição (p.p.)	Peso da pop. De 10 a14 anos sobre o total (%)
Argentina				
2004	12,63%	12,63%	0,00	0,34%
2005	10,59%	10,60%	0,01	0,40%
2006	9,46%	9,45%	-0,01	0,34%
Brasil				
2002	9,16%	9,11%	-0,05	2,40%
2003	9,73%	9,73%	0,00	2,13%
2004	8,90%	8,89%	-0,01	2,04%
2006	8,42%	8,39%	-0,03	1,96%
Bolívia				
2000	4,41%	4,47%	0,06	6,49%
Irã				
2005	11,45%	11,56%	0,11	1,50%
2007	10,54%	10,60%	0,06	0,87%
México				
2002	2,79%	2,83%	0,04	2,13%
2003	2,88%	2,91%	0,03	1,88%
2004	3,55%	3,59%	0,04	1,95%
2005	3,51%	3,51%	0,00	0,79%
2006	3,16%	3,16%	0,00	0,78%
2007	3,39%	3,40%	0,01	0,79%
Paquistão				
2002	8,27%	7,83%	-0,44	5,15%
2004	7,69%	7,40%	-0,29	5,40%
2006	6,20%	6,09%	-0,11	6,10%
2007	5,32%	5,10%	-0,22	5,52%

Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho

Obs 1: No caso da Argentina, considerou-se a taxa de desemprego geral para a população de 15 anos em diante

Obs 2: No caso do México, a PEA até 2004 contava com a população a partir de 12 anos. A partir de 2005, passou a contabilizar apenas a população de 14 anos ou mais.